



BRINDEIRO COM DEPUTADOS DA OPOSIÇÃO: NOVO PROCURADOR SERÁ NOMEADO PARA ACOMPANHAR O CASO NO STJ

Brindeiro vai usar fitas como prova

André Garcia
Da equipe do **Correio**

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, vai anexar a transcrição de escutas telefônicas legais feitas pela Polícia Civil em telefones dos irmãos Alaor, Eustáchio, Márcio e Pedro Passos, acusados de grilagem de terras, ao processo 2000.00.55610-6, que corre no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e apura se decretos de desapropriações de terras editados pelo governador Joaquim Roriz beneficiaram os quatro irmãos. A decisão foi anunciada ontem depois de um encontro do procurador-geral com deputados distritais e federais do PT e de outros partidos de oposição.

Na degravação das escutas telefônicas, publicada na quarta-feira pelo **Correio**, Joaquim Roriz é citado em conversas entre os irmãos como beneficiário de parte de um empréstimo de US\$ 1 milhão feito pelo extinto banco Bamerindus à Bemvirá Construções e Incorporações, empresa de propriedade dos Passos. Os diálogos, captados por policiais civis em 1997, como parte de uma investigação sobre o possível envolvimento dos Passos com parcelamento ilegal do solo, contrariam a versão do governador de que foi apenas avalista da transação.

Na prática, a decisão significa a inclusão dos grampos legais, que apontam que houve um relacionamento comercial entre Roriz e os Passos, justamente no

processo que investiga se atos administrativos do governador beneficiaram os irmãos, apontados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem da Câmara Legislativa, de 1995, como os maiores grileiros do DF.

Até agora, o resultado das gravações feitas por policiais civis em 1997 estava disperso no processo criminal 2000.06.1.003034-9, movido pelo Ministério Público do DF e em tramitação na Vara de Execuções Criminais de Sobradinho, no qual os Passos e mais uma dezena de pessoas são acusados de parcelamento ilegal do solo. Nele, Roriz sequer é citado.

DENÚNCIAS DA OPOSIÇÃO

Com a decisão de Brindeiro, a degravação das escutas telefônicas vai turbinar o processo 2000.00.55610-6, autorizado pelo STJ e do qual participa o Ministério Público Federal. A investigação foi iniciada em maio do ano passado, depois que os deputados distritais Rodrigo Rollemberg (PSB) e Wasny de Roure (PT) apresentaram denúncias de que decretos do governo local favoreceram os irmãos Passos.

Entre as operações suspeitas de irregularidades incluídas no processo, estão decretos assinados por Roriz, entre 1991 e 1994, que transformaram terrenos de supostos *laranjas* dos irmãos Passos em áreas de utilidade pública para fins de desapropriação. Hoje, com base nos decretos, o "dono" de um dos terrenos beneficiados tenta obter na Jus-

tiça uma indenização que pode chegar a R\$ 50 milhões.

INVESTIGAÇÕES

Se as investigações em curso comprovarem o interesse de Roriz em beneficiar os Passos, o governador será denunciado pelo Ministério Público Federal ao STJ, por ato de improbidade administrativa, e pode ser punido até com a perda de mandato. Geraldo Brindeiro também anunciou ontem que vai distribuir o processo a outro integrante do Ministério Público, uma vez que a subprocuradora responsável pelo caso, Yedda Pereira, está de licença.

Por causa de operações suspeitas executadas pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), Roriz responde à ação de improbidade administrativa que corre na 3ª Vara de Justiça Federal. A ação responsabiliza o governador e outros servidores do GDF por um acordo de divisão de terras públicas na área do condomínio RK, que resultou em prejuízos de 72 alqueires para a Terracap, em 1994. Se condenado, o governador pode ter de ressarcir o dinheiro perdido aos cofres públicos.

Esta semana, procuradores também anunciaram a incorporação das escutas telefônicas à ação de improbidade. A corregedora-geral da União, Anadyr Rodrigues, vai estudar a possibilidade de anexar as degravações aos processos do órgão que também investigam operações suspeitas na Terracap.

AS FITAS

A escuta nos telefones dos irmãos Passos ocorreu por iniciativa do então delegado-chefe da Delegacia do Meio Ambiente (Dema), Mauro Aguiar, em agosto de 1997. O pedido foi autorizado pelo juiz da Vara de Execuções Criminais e de Delitos do Trânsito de Sobradinho e tinha por objetivo incrementar investigações da Polícia Civil sobre o suposto envolvimento de Alaor,

Eustáchio, Márcio e Pedro Passos Júnior com a exploração de condomínios irregulares.

A captação de conversas entre os Passos durou um mês. A degravação da escuta foi realizada pelo Instituto de Criminalística. As fitas e sua transcrição fazem parte do processo 2000.06.003034-9, que tramita na Vara de Execuções Criminais de Sobradinho.

Por acaso, as escutas legais captaram conversas em que o governador Joaquim Roriz aparece como beneficiário de um empréstimo de US\$ 1 milhão tomado ao extinto Bamerindus pela Bemvirá Construções e Incorporações, empresa dos irmãos Passos. A degravação contraria a versão do governador de que foi apenas avalista da operação financeira.